



Sofia Branco

Jornalista

Jornalista da agência Lusa desde 2009, trabalhou antes no jornal Público, durante uma década. É professora convidada no Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Em 2002 realizou uma primeira reportagem sobre Mutilação Genital Feminina e desde então investigou a temática e realizou várias reportagens, primeiro em Portugal, depois na Guiné-Bissau. Pode lê-las [aqui](#). Por estes trabalhos recebeu vários prémios. É ainda autora do livro [Cicatrizes de Mulher](#).

Amnistia Internacional (AI): Foi enquanto jornalista que se cruzou pela primeira vez com a temática da Mutilação Genital Feminina?

Sofia Branco (SB): Foi. Fui fazer uma espécie de conferência de imprensa, penso que organizada pela UMAR-União de Mulheres Alternativa e Resposta, e as oradoras eram duas pessoas – uma portuguesa e uma guineense – que trabalhavam no projeto do fanado alternativo na Guiné-Bissau. Elas falaram da sua experiência lá e no final deixaram no ar que era possível que a mutilação também acontecesse aqui, em Portugal. Foi a partir dessa deixa... Depois percebi que é um tema muito complexo, com os Direitos Humanos de um lado e a tradição e uma cultura diferente do outro. E comecei por tentar estabelecer contato com a comunidade muçulmana aqui em Portugal...

AI: Para perceber a questão religiosa? Porque há quem defenda que a mutilação se prende

com questões religiosas, o que se sabe desde já que não é verdade, correto?

SB: Não, não é, mas na Guiné-Bissau essa ligação existe, é feita. Os próprios religiosos defendem a mutilação genital feminina.

AI: Com que justificação?

SB: Nenhuma. É um analfabeto a falar com outro analfabeto, por isso pode dizer o que quiser. Ou seja, ninguém sabe o que está escrito no Al Corão e se a pessoa que é responsável por lê-lo diz que está lá, a pessoa que não sabe ler acredita. Isto falando dos imãs locais e não dos líderes religiosos mais importantes e mais letrados, que já não o dizem.

AI: Mas o que costumam dizer esses imãs menos letrados? Numa das suas reportagens refere a história de Abraão, que casou com a estéril Sara e engravidou uma escrava, Agar. Sara apercebendo-se do interesse de Abraão

por Agar mutilou o órgão sexual desta (ler [aqui](#)). É por aqui a justificação religiosa que é dada?

SB: Sim, há essa história. No Al Corão há algumas coisas consideradas menos credíveis e essa é uma delas.

AI: A mutilação genital feminina é, na verdade, uma prática ou uma tradição social, cultural...

SB: Sim, é uma prática milenar, que sempre se fez e que está enraizada. Daí a dificuldade em combatê-la.

AI: Isso referindo-se à Guiné-Bissau?

SB: Sim. Na Guiné-Bissau estima-se que 50% da população seja afetada por essa prática e a outra metade não. E isso não significa que quem não a faz a ache uma prática estranha, porque não acha. A maioria das pessoas acha normal. Há sempre vozes que questionam, mas no dia-a-dia não se sente qualquer conflito entre os que a praticam e quem não a pratica. Lá é normal. Aqui em Portugal as pessoas têm noção de que é crime.

AI: Mas conseguiu perceber se a mutilação é feita cá em Portugal?

SB: Não deu para perceber. Cheguei à conclusão que existem todas as condições para a fazerem, mas não posso dizer que se faça. Não encontrei, nem soube, de nenhuma pessoa que tenha feito cá. Nenhuma organização não governamental tem noção de nenhum caso e todas as mulheres que até agora falaram são adultas que foram mutiladas na Guiné-Bissau.

AI: Então se alguém quiser fazer aqui em Portugal é difícil consegui-lo?

SB: Teria todas as condições para o fazer, mas muitos guineenses acham que seria desvirtuar um pouco o que aquilo representa. É um ritual de iniciação e é suposto ser feito naquilo a que eles chamam “o chão sagrado”, que é a terra original, de onde eles são oriundos. É suposto ser feito na Guiné-Bissau. Ainda que haja casos realizados em Portugal, serão muito poucos, um, três, quatro. Os guineenses que vivem em Portugal vão sempre de férias à Guiné-Bissau e aproveitam esse período para o fazerem. Portanto, a questão que se coloca aqui, ao nível da prevenção que Portugal pode ou não fazer – sendo que muitas das meninas já nasceram cá, são portuguesas – é ao nível das fronteiras. Há uma zona na Catalunha onde, por exemplo, quando os emigrantes guineenses vão de férias, eles deixam ir, obviamente, mas quando voltam a primeira coisa que fazem é observar a criança e, se tiver acontecido alguma coisa, são expulsos do país. Não entram mais. Não acho que a abordagem deva ser totalmente punitiva, mas acho que em algumas coisas tem de ser altamente punitiva. É que irem de férias e serem mutiladas na Guiné-Bissau é frequente. Acontece todos os anos. E voltam para aqui, para as escolas daqui, para os hospitais daqui...

AI: Sendo assim, e sendo esta uma violação de Direitos Humanos que afeta portuguesas, o que tem mudado no nosso país? Porque se ouve ainda falar pouco desta questão...

SB: Passados 10 anos desde que fiz o primeiro artigo, é incrível o que ainda não há.

A mutilação entrou no discurso oficial e está em todos os Planos Nacionais pela igualdade [de género], desde então, mas na prática não se fez absolutamente nada. A primeira coisa que está quase em conclusão, que eu sei, é o Protocolo de Atuação Médico [da Direção Geral de Saúde, que dará orientações aos profissionais de saúde sobre mutilação genital feminina], mas demorou 10 anos... Eles têm de saber o que fazer quando virem alguém mutilado. Sobretudo as maternidades, porque estas mulheres vão provavelmente às maternidades ter bebés.

AI: Isso serviria para identificar casos onde já ocorreu mutilação, mas não impediria a excisão... Como é que se consegue impedir que a prática continue de geração em geração?

SB: Impedir nunca podemos, mas podemos tentar, com prevenção. A educação é outro ponto fundamental, sobre o qual nunca se apresentou nenhum projeto ou plano. O que se faz em escolas multiculturais, onde existam meninas desta etnia?

AI: Proibir que sejam mutiladas já se sabe que não resulta...

SB: Não. A única vez que fiz uma crónica de opinião – que evito fazer, enquanto jornalista – foi quando no Parlamento português se discutiu a criminalização desta prática. A minha opinião foi contra e mantenho-me contra uma criminalização específica, na Europa. No caso dos países africanos – que são sobretudo eles que a praticam – acho que deve existir uma lei específica.

AI: Até porque esta prática já é crime em Portugal...

SB: Exatamente. Está prevista no Código Penal como Ofensa à Integridade Física Grave [Artigo 144.º, Capítulo III]. Acho que não é preciso sinalizar uma coisa que não é da cultura portuguesa e que aponta o dedo a uma comunidade muito específica. Acho que seria discriminatório, no caso da Europa.

AI: As suas reportagens começaram por ser feitas em Portugal, mas depois foi para a Guiné-Bissau. Porquê a opção por este país? É a comunidade mais representativa desta realidade, cá em Portugal?

SB: Sim, pode haver pessoas de outras origens a viverem aqui, mas são sobretudo guineenses, sim. Pode haver alguém da Somália, do Sudão, da Etiópia, que são locais onde a mutilação ocorre muito [atinge, respetivamente, 97,9%, 90% e 74,3% da população, segundo o *ranking* que pode consultar [aqui](#), na página 34], mas temos poucos cidadãos desses países cá. E a Guiné-Bissau é um país, digamos, moderado em termos de mutilação [44,5%, segundo o mesmo *ranking*]. Há países com situações muito piores.

AI: Fatumata Djau Baldé, Presidente do Comité Nacional para o Abandono de Práticas Tradicionais Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança, na Guiné-Bissau, disse-nos em entrevista que esta percentagem já foi maior. Será que as novas gerações vão começar a rejeitar a mutilação e a não a quererem para os seus filhos?

SB: Eu acho que sim, sobretudo porque o mundo é cada vez mais global. A primeira

mulher com quem falei, em Portugal, que tinha à volta de 45 anos e estava cá desde os 20, contava que sentiu um grande choque, porque só quando chegou a Portugal, para estudar na Universidade, é que percebeu, nas conversas com amigas (guineenses não excisadas), que nem toda a gente era excisada na Guiné-Bissau. Ela teve uma reação de ódio pelo país. Nunca mais lá voltou, porque achou que o seu país a tinha enganado ao dizer que aquilo era normal. Percebeu que as dores que tinha de cada vez que tinha relações sexuais não eram normais, o que é um choque brutal.

AI: É possível os portugueses, quem estiver a ler esta entrevista, fazer alguma coisa para impedir que esta prática continue?

SB: Acho que as pessoas devem estar sempre atentas àquilo que as rodeia. Nas escolas é muito importante estar atento aos miúdos, porque é um dos locais mais fáceis para sinalizar casos. Percebe-se quando as crianças estão perturbadas, por exemplo quando voltam de férias. Tem de haver sensibilização para isso.

AI: E nesses casos deve-se denunciar?

SB: Eu acho que sim, nem que seja só às autoridades de saúde. Eu sou completamente a favor do registo. Acho que estas pessoas devem estar registadas, neste caso específico, porque para as filhas dessas pessoas há o risco de lhes vir a acontecer a mesma coisa. Eu sei que pode parecer o Estado-vigilância, mas quando estão em causa violações dos Direitos Humanos, as pessoas devem estar registadas.